A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o Governo Pinochet

Pablo Policzer

Introdução

O aforismo de Marx, de que as pessoas fazem sua própria história em circunstâncias que não necessariamente escolhem, é particularmente verdadeiro para quem vive em países que passaram recentemente por uma experiência de autoritarismo. Ironicamente, o peso da história nesses casos é em geral diretamente proporcional à intensidade das celebrações de uma nova era quando a ditadura acaba. Em tal contexto, a história traz uma promessa radical de emancipação, ainda que por razões menos transcendentais que aquelas que Marx tinha em mente. Ela é, simplesmente, o próximo campo de batalha em torno dos termos e dos legados dos regimes autoritários.

Um aspecto importante desses legados é o institucional. Os regimes autoritários freqüentemente remodelam as instituições de governo, e seria imprudente pretender entender suas histórias isoladamente, sem englobar as

---

Nota: Tradução de Paulo Martins Garchet.

mudanças institucionais que produzem. Dadas as características de tais regimes, as instituições de coerção são um aspecto especialmente importante, tanto de sua história quanto de seu legado.

Enfoquei, neste trabalho, experimentos com instituições de coerção – especificamente a polícia – no Chile de Pinochet, entre 1973 e 1990. Durante esse período, a polícia desenvolveu funções cada vez mais especializadas, reformando suas operações para visar com maior precisão um espectro mais restrito de opositores a quem aplicar a coerção, ao mesmo tempo em que era posta sob um controle cada vez mais centralizado. Detalharei a seguir a extensão da centralização e da especialização, mas, por ora, este rápido esboço já serve para sugerir um paradoxo. A especialização institucional e a centralização do comando exigem informações sistemáticas e com grande grau de detalhamento sobre as operações e o desempenho dos agentes. Se ignorarem o que seus agentes estão fazendo, os comandantes serão incapazes de comandar e, muito menos, de reformar uma instituição. Embora possa ser presumido que os ditadores têm controle absoluto, ou quase absoluto, sobre as instituições de governo, isso, na verdade, está longe de ser evidente.

Um dos problemas é que obter informações sobre as operações dos agentes em uma ditadura é relativamente mais difícil do que em uma sociedade aberta, porque há menos fontes de *feedback*. A transparência das operações não é propriamente uma preocupação. Mais, os agentes têm menos incentivos para informar toda a gama de suas atividades – inclusive suas próprias transgressões – em relatórios apresentados a superiores que podem deter imenso poder sobre suas carreiras, quando não sobre suas vidas.[1] Como poderá um regime político, então, obter informações sobre as operações de seus agentes, para orientar reformas institucionais com eficácia, quando os mantém sob forte controle central?

Quando é difícil obter esse tipo de informações internamente, pelos canais do próprio Estado, estes podem ser substituídos por canais externos, mesmo que ligados a grupos da sociedade cujos objetivos são diametralmente opostos aos do governo em todos os demais aspectos. No Chile, as organizações de direitos humanos coligiram e sistematizaram informações sobre as operações da polícia. Algumas vezes, indivíduos no ápice da pirâmide do poder davam atenção a essas informações, que serviram, assim, de contrapeso aos relatórios internos sobre as operações da polícia e confirmaram, em certos momentos, suspeitas de que informações internas não eram confiáveis, e de que isso poderia comprometer as metas do próprio regime.

Muitos dos que apoiavam Pinochet compartilhavam os objetivos gerais do regime, mas nem sempre aprovavam os métodos empregados pela polícia. O conflito entre os que desejavam livrar o país do marxismo exterminando os

marxistas e os que queriam fazê-lo alterando as bases institucionais do país – um conflito que pode ser definido como uma luta entre "exterminadores" e "arquitetos" – está no cerne da história dos primórdios da ditadura. Algumas vezes, os opositores do regime e os "arquitetos" que o apoiavam compartilhavam um interesse comum, ainda que de maneira não intencional e até improvável, na monitoração e refreamento das operações marginais dos "exterminadores" que agiam dentro da polícia.

Na seção abaixo irei discutir algumas das abordagens-padrões da ditadura chilena e de outros regimes similares. Nessa discussão acadêmica houve recentemente uma mudança no enfoque, que passou dos regimes às instituições, particularmente o Estado e seus componentes. Conquanto isso represente um progresso significativo, o estudo dos mecanismos que operam no centro das instituições ainda é insuficiente. Presume-se, freqüentemente, que os resultados institucionais sejam função de algum tipo de luta pelo poder. Embora o poder seja evidentemente central tanto para as instituições como para a política em geral, não é o único mecanismo a ser considerado. Proponho como argumento que as informações são independentes do poder, e que são mais fundamentais para a definição do comportamento social como "institucional".

A seção empírica do trabalho ilustra estes *insights* através de uma discussão da política de informações no centro das reformas da polícia introduzidas durante a ditadura Pinochet. Como sugerido acima, a política de informações algumas vezes criou aliados improváveis e involuntários. Um líder da oposição sugeriu que, se fosse necessário "falar com o diabo" para avançar as causas dos direitos humanos, dever-se-ia fazê-lo. Os contatos entre organizações de direitos humanos e autoridades governamentais sinalizam uma série de fintas e esquivas entre partidários e opositores da ditadura, enquanto ambos se monitoravam no curso da mútua definição e redefinição, de si mesmos e de suas agendas próprias. As informações – sobre "nós" e "eles" – serviram assim como moeda política de grande valor.

Regimes, instituições e informações

A onda de ditaduras militares que varreu a América Latina e outras partes do mundo a partir da década de 1960 trouxe consigo uma onda correspondente de estudos acadêmicos que pretendiam explicar as origens e a dinâmica interna desses regimes. Ainda que os analistas tenham divergido sobre as causas da ruptura da democracia,[2] a preocupação fundamental, com poucas exceções,[3] seguiu sendo os regimes *per se*: por que fracassaram as democracias, por que surgiram as ditaduras e como as ditaduras ditas "autoritárias" diferiam das ditaduras "totalitárias" européias.[4]

A transição para a democracia na década de 1980 também trouxe consigo uma onda correspondente de estudos acadêmicos.[5] Muitos analistas dão explicações para essa transição em estilo radicalmente diferente daquelas dadas para a ruptura das democracias. Estudiosos que antes haviam sugerido que fatores estruturais tiveram papel central na queda das democracias argumentavam, por volta de meados dos anos 80, que as transições do autoritarismo explicam-se melhor por fatores mais contingentes, ligados às escolhas racionais de determinados agentes.[6] Apesar disso, pode-se afirmar que, embora o estilo da explicação tenha mudado, a preocupação central com a compreensão das dinâmicas do regime e com a transição de um regime para outro permaneceu inalterada nessa nova onda de estudos acadêmicos.

As mudanças começaram a surgir à medida que os analistas perceberam que, surpreendentemente, um regime democrático não era garantia de democracia. Vários deles observaram "enclaves autoritários" nos novos contextos, que podiam ir desde papéis tutelares para os militares na política até padrões autoritários de mediação de interesses.[7] Devem tais enclaves ser compreendidos como remanescentes do antigo regime? Passam os regimes, de um para outro tipo, de forma às vezes apenas parcial?

A própria pergunta indica a impropriedade das abordagens centradas nos regimes. Os enclaves autoritários, como retenções remanescentes dos regimes, podem explicar, por exemplo, a manutenção de poderes tutelares sobre a política de que gozam os militares em determinados países, mas é difícil explicar *todos* os aspectos "autoritários" da vida política em função do regime.[8] A polícia é um excelente exemplo. Se o padrão de coerção policial é uma função do regime, o que explicaria a persistência da coerção "autoritária" nas democracias, mesmo naquelas, como os Estados Unidos, que nunca experimentaram o autoritarismo?[9]

Uma onda mais recente da literatura sobre a América Latina começou a deslocar o foco dos regimes para Estados.[10] Se um "regime" se refere a condições particulares de dominação (como se alcança e se exerce o poder), uma definição-padrão de "Estado" ressalta as *instituições* relativamente permanentes através das quais quem detém o poder o exerce sobre um dado grupo e dentro de determinado território, e que geralmente (mas nem sempre desde o início) são reconhecidas internacionalmente como um "Estado". Tais instituições incluem o próprio Executivo, o Parlamento e o Judiciário, bem como todas as agências e burocracias subordinadas usadas para implantar e fazer cumprir as decisões, coletar e distribuir informações e dinheiro e defender o território nacional. Nem todas essas instituições precisam estar presentes, ou ativas, em um dado momento e lugar (há Estados monárquicos, Estados democráticos, Estados autoritários etc.), mas todos os Estados são formados por instituições que permanecem depois que os indivíduos que ocupavam as diversas posições são substituídos. Um requisito

adicional para que um conjunto de instituições seja reconhecido como um "Estado" foi formulado por Weber: que ele avoque o monopólio do poder de coerção legítimo na sociedade.[11]

Em outras palavras: em parte alguma quem detém o poder o exerce por conta própria. O governo é exercido através de instituições. Os regimes podem ir e vir, mas as instituições de governo – o Estado – tendem a permanecer.[12] É claro que tais instituições são conformadas e afetadas pela natureza do regime, mas não se reduzem a ele.

Embora essa nova onda de estudos acadêmicos represente um significativo progresso em relação às abordagens centradas nos regimes, a próxima pergunta lógica é: como funcionam efetivamente as instituições? Os institucionalistas certamente estão interessados na influência da política sobre as estruturas, as quais, por sua vez, influenciam os resultados sociais, econômicos ou políticos. O poder é central na política – em disputas por recursos, por exemplo – e, por conseguinte, está no âmago daquilo que conforma as instituições. Muitos desses estudos acadêmicos enfocam, com propriedade, as lutas de poder que configuram instituições.[13]

Conquanto o poder seja inquestionavelmente central para as instituições e para a política em geral, não é o único fator a ser considerado. Se as instituições forem entendidas em um nível abstrato, simplesmente como comportamento socialmente padronizado, o poder pode ser menos central para as instituições que as informações. Os padrões sociais podem ser codificados em conjuntos de regras altamente formais, tais como as constituições, ou em normas culturais aceitas por todos, um pouco mais informais. Seja formal, seja informal, um determinado conjunto de regras – informações codificadas – está no centro daquilo que torna "institucional" um comportamento social.

Um elemento comum a todos os conjuntos de regras ou a todos os padrões culturais é que, mesmo nos casos mais inflexíveis, as regras jamais são seguidas ao pé da letra.[14] Se o primeiro problema de informação é assegurar que todos conheçam as regras, o segundo é verificar seu cumprimento e informar as transgressões. O primeiro é bem mais fácil de resolver que o segundo. Enquanto as informações sobre as regras geralmente podem ser centralizadas, padronizadas e colocadas à disposição do público, as informações sobre o cumprimento – que necessariamente incluem exemplos de quebra das regras – são, por definição, descentralizadas e de difícil padronização. Uma dificuldade fundamental é que os transgressores têm incentivos naturais para mascarar suas transgressões, especialmente quando as penalidades são severas.[15]

Todas as instituições, dos casamentos aos mercados, enfrentam problemas de informações, e a polícia não é exceção. Na verdade, a polícia é um foco particularmente apropriado para os estudantes de política também por outras

razões. No centro daquilo que faz que um conjunto de instituições seja um "Estado" está o monopólio dos meios legítimos de coerção. Os Estados exercem a coerção através de duas instituições principais: as Forças Armadas e a polícia. Os militares tendem, em geral, a operar externamente, contra outros militares e outros Estados, enquanto as forças policiais aplicam a coerção às populações domésticas.[16] Se os militares receberam um alto grau de atenção como instituições centrais da política e da construção de Estados,[17] a polícia é pelo menos tão crucial quanto eles para o problema da coerção do Estado – para a definição do que torna um Estado um Estado. Em outras palavras, a polícia é uma instituição política por excelência.

A seção seguinte ilustra a importância da política de informações através de uma discussão de experimentos com a polícia durante a ditadura Pinochet. Esses experimentos ocorreram no contexto das lutas entre "exterminadores" e "arquitetos" sobre os termos do regime. As informações sobre as operações dos "exterminadores" serviram como importante moeda política que algumas vezes permitiu ações articuladas entre "arquitetos" e opositores do regime também interessados em refrear as operações policiais pervertidas.

A polícia na luta por uma definição

Quando os militares chilenos deram o golpe em setembro de 1973, não tinham uma definição clara do que pretendiam fazer no poder quando o alcançassem. Embora haja muitas razões para o colapso da democracia no Chile,[18] tudo indica que a motivação própria dos militares para o golpe teria sido uma reação ao que percebiam como uma rápida queda em direção ao caos – quando não a uma guerra civil aberta – durante o governo Allende.[19] Além de restaurar a ordem e – talvez – livrar o país do marxismo, não havia nenhum projeto de governo.[20]

O próprio Pinochet aderiu tardiamente ao plano de derrubada do governo Allende. No dia do golpe, a nova Junta o indicou como seu líder por ser ele o comandante em chefe do Exército (a maior das Forças Armadas) e chefe das Forças Armadas, postos que havia assumido apenas poucas semanas antes, por nomeação de Allende, que acreditava poder confiar nele.

O uso avassalador da força pelos militares durante o golpe e nas semanas e meses seguintes mascarou uma confusão no núcleo de poder sobre os termos segundo os quais o novo governo exerceria o mando. Não estavam claros, por exemplo, que poderes exatamente os militares haviam assumido. Uma comissão de juristas e constitucionalistas nomeada pela Junta nas semanas imediatamente após a tomada do poder apontou as dificuldades na definição do significado exato da declaração da Junta, no dia do golpe, de que havia assumido o "Comando

Supremo da Nação".[21] Alguns dos membros da comissão sugeriram, com base no artigo 60 da Constituição de 1925, segundo o qual o presidente era o "chefe do Estado e comandante supremo da nação", que a Junta havia assumido o controle apenas da presidência, mas não do Legislativo. Mesmo que se tivesse responsabilizado pelo Poder Legislativo, os membros da comissão também discordavam de que a Junta houvesse assumido, em conseqüência, o *poder constituinte* para redigir uma nova carta: no momento do golpe, a Junta não demonstrara a intenção de reescrever a Constituição de 1925.[22] Em resposta a essas dúvidas, a Junta emitiu um esclarecimento na forma do decreto-lei de 16 de novembro de 1973, onde declarava que o "Supremo Comando da Nação compreende os poderes Legislativo e Executivo e, como conseqüência, o Poder Constituinte que a eles corresponde".[23]

Uma segunda fonte de confusão derivou da relação entre os militares e as autoridades políticas anteriores que apoiaram ao golpe. Os democratas cristãos, liderados por Patricio Aylwin (que seria eleito presidente em 1989), reuniram-se com a Junta durante as primeiras semanas que se seguiram ao golpe para discutir o que – esperavam os civis – seria uma pronta transferência de poder. O entendimento de que tal transferência teria lugar fora a premissa central para o apoio desses políticos à derrubada de Allendepelos militares. Segundo Aylwin, durante essa reunião Pinochet teria indicado que os militares ficariam no poder por um total de oito meses. Uma indicação mais clara das intenções dos militares, contudo, foi que o comandante da Marinha, José Toribio Merino, pôs um enorme revólver sobre a mesa durante as discussões.[24] Nenhuma cooperação foi estabelecida entre os militares e os democratas cristãos, e a transferência de poder jamais voltou a ser discutida.

Uma terceira fonte de confusão cercou a nomeação de Pinochet como *primus inter pares* dentro da Junta. Pinochet desempenhara um papel relativamente menor no golpe, mas, como principal líder militar do país, era a escolha natural para chefe da Junta. A intenção dessa nomeação, de acordo com as declarações originais da Junta, era partilhar a liderança igualmente entre seus quatro membros, rotativamente.[25]

Na prática, nenhum rodízio jamais ocorreu. Pinochet assumiu o título de "comandante supremo da nação"[26] pelo final de 1973 e, em dezembro de 1974, consolidou sua posição fazendo-se nomear presidente.[27] Como figura máxima, militar e política, no país, a concentração de poderes nas mãos de Pinochet jamais tivera precedente na história chilena.[28]

Além da indefinição dos termos do novo regime, também houve confusão sobre a própria aplicação da força. Centenas de pessoas foram mortas nas primeiras semanas após o golpe, no que, argumentavam os militares, era um "estado de guerra",[29] e milhares foram aprisionadas em campos de concentração

improvisados. Mas, além de estabelecer a ordem e vencer a guerra, é de se duvidar se esse uso da força não representou uma política coerente e bem articulada, com clara noção das conseqüências futuras. Todos os ramos das Forças Armadas e a polícia exerceram a coerção durante esse período, consumando desde prisões até execuções sumárias.

Houve inúmeros conflitos a respeito de jurisdição e, na maior parte das vezes, era extremamente difícil para os oficiais de uma dada instituição obter informações precisas sobre prisioneiros mantidos por outra. Mais ainda, durante esse período inicial, os militares mataram pessoas de um largo espectro de *backgrounds* políticos, da esquerda, passando pelo centro, a indivíduos sem filiação política e até mesmo alguns que haviam feito oposição ao governo Allende.[30]

Um regime lutando para se definir a si mesmo fez experiências com novas instituições. No que tange à polícia, três reformas marcaram viradas cruciais nesse processo. A primeira foi a criação da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) – a polícia secreta – nos meses imediatamente seguintes ao golpe de setembro de 1973; a segunda foi a substituição da DINA pela *Central Nacional de Inteligencia* (CNI) em 1977; e a terceira, a devassa institucional nos *Carabineros* – a polícia uniformizada chilena – após o assassinato de três ativistas dos direitos humanos, em 1985.

A DINA (1973-1977)

No contexto da incerteza que reinou no núcleo de poder durante os primeiros meses após o golpe, quando vários setores procuraram trazer o novo governo à ordem,[31] os esquemas de um grupo que poderia ser rotulado de "exterminadores" ganhou crescente predominância. O general Alejandro Medina, por exemplo, cuja tarefa como chefe do esquadrão dos boinas negras dentro do Exército era efetuar batidas de casa em casa em bairros da classe trabalhadora, observou que "ninguém gosta de ter sua casa vasculhada. Mas, se houver ratos na casa, aceita-se que alguém entre e os ponha para fora".[32]

Alguns setores dentro do Exército também começaram a exigir que os militares adotassem, uniformemente, uma linha dura contra os novos prisioneiros. Um comando especial transportado por helicóptero, liderado por um dos generais que haviam participado no assalto ao palácio presidencial de La Moneda, percorria o país para coagir os comandantes locais "moles" a assumirem uma linha mais dura contra os prisioneiros. Esses oficiais, no que mais tarde foi chamado "caravana da morte", realizavam execuções sumárias de prisioneiros e de outros oficiais que se recusavam a obedecer.[33]

O mais importante desses grupos de extermínio desenvolveu-se a partir de um grupo secreto de majores e coronéis do Exército liderado pelo coronel Manuel Contreras. As bases de sua associação derivaram de um desejo de montar uma ampla campanha de contra-rebelião contra os inimigos comunistas, e eles começaram a realizar operações de inteligência, de dentro da *Escuela Militar*, no dia do golpe. Seus esforços enfrentaram forte oposição de setores do Exército que não compartilhavam nem seu virulento anticomunismo, nem sua filosofia de contra-rebelião.[34] Apesar dessa oposição, o grupo persistiu.

O grupo de Contreras não foi comissionado por Pinochet. Antes, foi sendo permitido que assumisse um *status* cada vez mais formal. Por volta de novembro de 1973 ele havia iniciado operações com o nome de *Comisión DINA*, e, mais tarde, o Decreto-Lei nº 521, publicado no *Diario Oficial* em14 de junho de 1974, deu-lhe *status* oficial criando a *Dirección de Inteligencia Nacional*. Perante o público, ela foi definida como um "organismo militar de caráter técnico e profissional, sob o comando da Junta, cuja missão será reunir em nível nacional todas as informações de diferentes campos de ação, com o propósito de produzir a inteligência necessária para a formulação de políticas, para o planejamento e para adoção de medidas que garantam a preservação da segurança nacional e o desenvolvimento do país".

O Decreto-Lei nº 521 incluiu, ainda, três artigos secretos, publicados em um anexo – de circulação restrita – ao *Diario Oficial*.[35] Esses artigos permitiam à Junta convocar todas as outras instituições de inteligência (das demais Forças Armadas) para participarem das operações da DINA, e davam poder a esta última para efetuar buscas e prisões e para manter prisioneiros.[36]

Enquanto todos os ramos das Forças Armadas e os *Carabineros* haviam exercido coerção desde o golpe (de buscas a prisões e execuções), a DINA assumiu a maioria dessas funções a partir do início de suas operações. (Os *Carabineros*, é claro, continuaram suas operações como a principal força policial do país).[37] Ao fazê-lo, ela implantou uma mudança radical no *modus operandi* da coerção. Em vez de deter grandes números de supostos inimigos, a DINA passou a selecionar seus oponentes muito mais estritamente.

Como resultado, caiu dramaticamente o número de pessoas mortas. De um total de mais de 1.800 no início, o número, sob a DINA, caiu para cerca de 400 em 1974, e para cerca de 150 em 1975 e 1976 (ver Tabela). O tipo de vítima também mudou. Enquanto antes da DINA a repressão era aplicada a oponentes de um amplo espectro político, a DINA visou a extrema esquerda e, em particular, o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR).[38] Os desaparecimentos tornaram-se o método preferido,[39] e a campanha começou a espraiar-se para além das fronteiras do Chile.

Número de vítimas por ano

Ano	Número
1973	1.848
1974	401
1975	149
1976	155
1977	34
1978	13
1979	21
1980	27
1981	43
1982	13
1983	94
1984	91
1985	80
1986	70
1987	51
1988	48
1989	34
1990	6
Total	**3.178**

Fontes: Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, *Informe Rettig* (Santiago: La Nación e Ediciones Ornitorrinco, 1991), Anexo II; e Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación, *Estatísticas de la Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación* (Santiago, 1995), Anexo I.

Em novembro de 1975, Manuel Contreras organizou uma reunião dos chefes das principais instituições de informações das ditaduras então instaladas na maioria dos países do Cone Sul.[40] A nova campanha, conhecida como *Operación Condor* e baseada em Santiago, visava a um ataque coordenado contra terroristas marxistas e figuras-chave da oposição ao regime militar.[41]

Em setembro de 1974, o general Carlos Prats, ex-comandante em chefe do Exército e importante opositor do golpe entre os militares, foi morto com sua esposa por um carro-bomba em Buenos Aires.[42] Em outubro de 1975, Bernardo Leighton, ex-vice-presidente (do Chile) durante o governo Frei (1964-70) e

figura-chave da oposição, foi gravemente ferido por um atirador, juntamente com sua esposa, em Roma. E, em setembro de 1976, Orlando Letelier e sua assistente Ronnie Moffitt foram mortos por um carro-bomba quando se aproximavam do Sheridan Circle em Washington.[43]

O assassinato de Letelier marca o pináculo do poder dos "exterminadores", mas também o início de sua queda.[44] Informações ligando a DINA ao assassinato serviram de base para que os Estados Unidos pressionassem Pinochet para extingui-la e voltar ao regime de direito. Em agosto de 1977, durante a visita do secretário assistente de Estado Terence Todman a Santiago, Pinochet anunciou a substituição da DINA por uma nova instituição chamada *Central Nacional de Informaciones* (CNI). Conquanto Manuel Contreras permanecesse como diretor da CNI, houve marcante redução no número de desaparecimentos. Em fevereiro de 1978, investigadores americanos incumbidos do caso encaminharam cartas rogatórias ao Chile requisitando oficialmente informações sobre a morte de Letelier. O pedido foi acompanhado por retratos de dois agentes da DINA que haviam solicitado vistos americanos no Paraguai usando passaportes falsos e que estavam ligados ao crime. Seus retratos foram publicados na imprensa americana e também no jornal conservador e pró-Pinochet *El Mercurio*, de Santiago, primeira vez em que uma ligação entre a DINA e o assassinato de Letelier era publicamente discutida entre setores do governo no Chile.[45]

Embora o *timing* das substituições, da DINA e de Manuel Contreras, tenha coincidido com a chave de braço dos Estados Unidos, é pouco provável que qualquer pressão, não importa quão intensa, tivesse feito diferença se também não coincidisse com – e reforçasse – críticas internas de setores cada vez mais desconfortáveis com o poder de Contreras e com o gangsterismo da DINA. O assassinato de Letelier era mais um de um longo rol de abusos. Embora seja difícil sabê-lo com certeza, a decisão de promover desaparecimentos representou, muito provavelmente, um arranjo conveniente – no princípio – entre os objetivos de um governante cada vez mais preocupado com a consolidação e legitimação de seu poder e os alvos de um coronel anticomunista que desejava montar um ataque frontal ao comunismo.[46] As ações da DINA eram óbvias para os opositores da ditadura, mas muitos dos que apoiaram o regime declararam, no início, que "não sabiam" e que "viviam em uma bolha" durante esse período.[47] Em outras palavras: os desaparecimentos eram convenientes porque permitiam desmentidos plausíveis.[48]

O problema é que a pedra angular do desmentido plausível era o segredo, mas os desaparecimentos da DINA acabaram sendo muito menos que sigilosos. As próprias vítimas de abusos de direitos humanos, é claro, sabiam das atividades da DINA. Essas informações poderiam ter permanecido dispersas e não sistematizadas se as vítimas e suas famílias não se tivessem organizado, mas isso não

ocorreu. Nos primeiros anos da ditadura todas as organizações políticas foram proscritas e a maioria dispersa com uso da força. Uma exceção, contudo, foi o *Comité por la Paz en Chile* (COPACHI). A Igreja Católica fundou essa organização, em conjunto com outras religiões e denominações importantes, nos dias imediatamente seguintes ao golpe. O COPACHI começou como uma organização para assistir e aconselhar as famílias das vítimas de abusos de direitos humanos, mas logo se expandiu, tornando-se um santuário com uma larga gama de programas e serviços, para contrabalançar os piores aspectos do novo regime.[49]

De início, a Junta tolerou o COPACHI, mas com o tempo veio a acusá-lo de fomentar ataques internacionais ao governo militar e, em novembro de 1975, obrigou-o a encerrar suas atividades. Em janeiro de 1976, contudo, o arcebispo de Santiago fundou uma nova organização, a *Vicaría de la Solidaridad*. Enquanto o COPACHI havia sido uma organização independente apoiada pela Igreja, a *Vicaría* era um órgão formal da arquidiocese, até o ponto de ter seus escritórios no edifício principal da catedral de Santiago. A *Vicaría* teve, no princípio, uma orientação religiosa maior que o COPACHI, mas logo tornou-se uma instituição altamente profissional, provendo uma ampla gama de serviços jurídicos e outros às vítimas dos abusos de direitos humanos e suas famílias.

Além de prover assistência às vítimas e seus parentes, o principal propósito da *Vicaría*, como do COPACHI anteriormente, era servir de núcleo de *informações* sobre a ditadura e suas operações. As informações mais importantes referiam-se à localização das vítimas, bem como aos procedimentos internos das burocracias estatais, em particular das instituições que exerciam a repressão. O corpo de assistentes jurídicos da *Vicaría* ajudou os parentes das vítimas a entrar com *recursos de amparo* (pedidos de *habeas-corpus*) e, mais tarde, a impetrar ações legais contra o Estado pelas pessoas detidas ou desaparecidas. A *Vicaría* recebia informações de vítimas que haviam sido libertadas, de numerosas testemunhas oculares e até, mais tarde, de alguns ex-oficiais de segurança. O corpo de conhecimentos acumulados veio a ser a informação mais sistemática sobre os métodos repressivos da ditadura e seus agentes.[50] Os advogados do COPACHI apresentavam essas informações aos tribunais. Elas serviram, ainda, como base para os relatórios feitos por observadores estrangeiros como a Organização dos Estados Americanos, a Anistia Internacional e as Nações Unidas.[51]

A despeito de os partidários do regime referirem-se geralmente a essas fontes de informação como "contaminadas", elas tiveram impacto, ainda assim, dentro da ditadura.[52] Um governo cada vez mais sensível à sua imagem foi solapado por numerosos exemplos de excessos da DINA. Esses erros grosseiros reverberavam dentro dos círculos do poder à medida que Pinochet ouvia reclamações de seus assessores sobre as operações da DINA. Os críticos de Contreras

que, no mais, apoiavam o regime, aí encontraram munição contra uma instituição que ameaçava a legitimidade do regime que tentavam construir.

Por exemplo, membros do *Consejo del Estado* – um grupo de importantes conselheiros civis e militares – reclamaram em março de 1977 que era imperativo "moderar as ações da DINA", dado que suas "medidas violentas" comprometiam a imagem do governo.[53] Em maio de 1977, *El Mercurio* admitiu que a DINA podia ter cometido "abusos criminosos",[54] o que, vindo do principal jornal pró-governo, representou uma importante crítica. Em agosto de 1977, quando a DINA foi substituída pela CNI, o mesmo jornal aplaudiu a mudança e escreveu que "ninguém pode negar a séria possibilidade de graves erros e abusos de poder (pela DINA)".[55] *Ercilla*, a principal revista semanal conservadora do país, observou, em março de 1978, que "neste rio lamacento (que é a DINA) é imperioso chegar ao fundo ... para se restabelecer a tranqüilidade e o prestígio do país".[56]

As autoridades do governo no exterior também enfrentavam críticas constrangedoras devido ao histórico da DINA em relação aos direitos humanos. O embaixador junto às Nações Unidas, Sergio Diez, em discurso perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU em novembro de 1977, admitiu que "o problema mais sério que o Chile enfrenta é o dos desaparecidos". Acrescentou que, embora o governo esteja "certo da completa inocência do governo chileno em qualquer situação relativa aos desaparecidos ... não queremos esconder nada, queremos esclarecer tudo e, se as investigações indicarem que autoridades do governo chileno estão envolvidas, posso assegurar a esta comissão que, como afirmou o presidente da República, tais pessoas serão severamente punidas ... Este problema é tão grave e delicado que conclamo o grupo de trabalho a colaborar com o governo chileno em nossas investigações sobre o destino dos desaparecidos".[57]

As críticas dos civis também ecoavam críticas vindas do próprio setor militar, em parte reforçadas pelo fato de que a DINA, ainda que dirigida por um oficial militar, fugia ao protocolo militar padrão: Contreras, um coronel, tinha, na prática, poder maior que o de qualquer general, à exceção de Pinochet. Mais ainda, a DINA ficava fora da hierarquia militar, como uma instituição independente que respondia apenas ao presidente. Embora alguns partidários de Contreras afirmem, até hoje, que o assassinato de Letelier foi uma trama da CIA,[58] outros estão menos inclinados a desculpá-lo. Alguns setores argumentavam que a DINA havia "executado com sucesso uma difícil tarefa contra a subversão", mas que suas operações muitas vezes tinham sido "improvisadas" e marcadas por "excessos".[59] O general Odlanier Mena, um oficial de carreira na inteligência e um dos mais notórios críticos de Contreras, dizia que Contreras havia, essencialmente, confundido "inteligência com segurança",[60] jargão militar para afirmar que a DINA era comandada por matadores. Em fevereiro de 1978

Mena foi trazido de volta da condição de reformado e do virtual exílio como embaixador no Uruguai para assumir a direção da CNI.[61]

A criação da CNI e o afastamento de Contreras não foram simples respostas defensivas à pressão dos Estados Unidos em virtude do caso Letelier.[62] As mudanças na polícia coincidiram também com uma mudança mais geral no governo Pinochet marcada pela ascensão dos "arquitetos" e a queda dos "exterminadores". Em abril de 1978 Sergio Fernández tornou-se o primeiro ministro civil do Interior e recebeu amplos poderes para implementar a agenda constitucional do regime militar. Apesar de Pinochet ter estabelecido as linhas mestras dessa agenda em 1976 e de a Junta ter, nessa época, começado a emitir atos constitucionais gerais na forma de emendas à Constituição de 1925, alguns conselheiros advogaram a elaboração de uma constituição inteiramente nova. Nas palavras do próprio Fernández, sua principal tarefa consistia em supervisionar a implantação das novas bases constitucionais do país.[63] Sua administração representou o primeiro esforço coerente dos "arquitetos" dentro do regime para conferir legitimidade a seu projeto.[64]

Enquanto a DINA não se tornou um peso político, o casamento de conveniência entre Contreras e Pinochet e não foi questionado. As informações sobre a DINA serviram para documentar seus abusos e embaraçar os partidários do regime militar que defendiam o autoritarismo e a necessidade de garantir que o país não voltasse ao marxismo, mas que não aprovavam o gangsterismo da DINA.[65]

A CNI (1977-1989)

A CNI foi mais que uma simples continuação da DINA com nome diferente. No contexto de uma mudança geral no caráter do governo, a CNI foi criada como uma "organização militar de caráter técnico e profissional" encarregada de reunir e de processar informações de inteligência. Enquanto a DINA havia sido um corpo autônomo, separado da hierarquia militar, a CNI foi posta sob controle mais rígido, sob a jurisdição do Ministério da Defesa, e se reportava ao presidente através do Ministério do Interior. Representou a vitória dos "arquitetos" (como Mena) sobre os "exterminadores",[66] ainda que estes jamais tenham sido inteiramente marginalizados. Contreras deixou preciosos arquivos para a nova liderança da CNI, mas, embora alguns de seus homens tenham continuado a trabalhar sob o novo líder, sua cooperação para com ele foi definida como "parcimoniosa".[67]

Um exemplo da diferença entre as duas instituições está no fato de que a liderança da CNI assumiu uma presença pública mais aberta. Quase não houvera imagens públicas de Manuel Contreras, nenhuma entrevista, nem fotos

nos jornais. Conhecia-se sua identidade, mas pouco mais que isso. Em nítido contraste com essa prática, pouco depois de assumir o cargo Mena convocou uma reunião com as autoridades eclesiásticas para "se apresentar". Embora os resultados dessa reunião tenham sido parcos devido ao contexto – o que, talvez, não seja surpreendente – esse tipo de presença pública marcou uma mudança no regime.[68]

Durante o período em que Mena foi diretor da CNI (1977-1980) a *Vicaría* informou que o número de pessoas mortas também caiu drasticamente (ver Tabela), e o *Informe Rettig* (cujas informações vieram, em grande parte, dos arquivos da *Vicaría*) observa que os poucos desaparecimentos que efetivamente ocorreram nesse período não devem, provavelmente, ser atribuíveis à CNI.[69]

Por volta de 1980, contudo, o *modus operandi* da CNI começou a mudar. Os membros do MIR voltaram do exílio e iniciaram operações clandestinas, e o Partido Comunista renegou seu tradicional princípio pacifista e decretou que "todas as formas" de resistência contra a ditadura eram legítimas – inclusive a violência. Seu novo braço armado foi chamado *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR) e começou a operar no Chile por volta de 1980, junto com o MIR. Uma das primeiras dessas atividades clandestinas foi o assassinato do tenente-coronel Roger Vergara, pelo MIR, em julho de 1980. Pouco depois desse evento Mena foi substituído pelo general Humberto Gordon,[70] mais "linha dura", e a CNI aumentou suas ações repressivas contra o MIR e o FPMR.

O antigo pessoal da DINA começou a aparecer mais nessa época, à medida que crescia a repressão,[71] mas a CNI nunca reverteu às velhas táticas da DINA. Depois do Decreto de Anistia de 1978 não mais haveria, tecnicamente, nenhuma proteção legal para abusos dos direitos humanos.

Ao contrário da DINA, a CNI exerceu a coerção de maneira muito mais dirigida, organizada e disciplinada. Enquanto a DINA utilizara a tortura generalizada e os desaparecimentos, a CNI usou a tortura mais seletivamente e, nos poucos desaparecimentos que ocorreram depois de Mena (1989-1989), os agentes da CNI não deixaram, virtualmente, quaisquer vestígios que pudessem ser recolhidos pelas organizações de direitos humanos. A maior parte das vítimas da CNI foi morta em falsos "choques" entre prisioneiros. A negação de responsabilidade plausível, nesse caso, tomou a forma de declarações de que as vítimas teriam, ou atacado oficiais, ou, simplesmente, se matado umas às outras em disputas doutrinais. Os corpos não foram ocultados, mas devolvidos às respectivas famílias.[72]

Resumindo, a CNI operou dentro de um contexto legal e político radicalmente diverso e aprendeu com os erros da DINA, mesmo quando enfrentou suas próprias pressões internas para aumentar a repressão em reposta a novas circunstâncias estratégicas.

Os Carabineros *e o caso dos* "Degollados"

Assim como a DINA e a CNI, a força policial uniformizada chilena também enfrentou crises que resultaram em reformas organizacionais. Quando a Junta tomou o poder em 1973, os *Carabineros* foram declarados instituição militar equiparada aos outros ramos das Forças Armadas e postos sob a jurisdição do Ministério da Defesa. Tal *status* permitiu-lhes expandir suas operações para além do que havia sido possível anteriormente, quando estavam sob a jurisdição do Ministério do Interior.[73]

Uma dessas expansões foi a criação, em 1983, da *Dirección de Comunicaciones de Carabineros* (DICOMCAR), sua agência de inteligência própria, responsável por liderar ataques contra insurgentes de esquerda durante uma época de crescente resistência aberta à ditadura. A fronteira entre as atividades da DICOMCAR e as da CNI freqüentemente eram pouco claras e, conquanto ambas as agências cooperassem em muitos casos, havia choques quanto à extensão das respectivas tarefas.[74]

Em março de 1985 a DICOMCAR seqüestrou e matou três membros do Partido Comunista que eram colaboradores destacados da *Vicaría*. O caso teve conseqüências sem precedentes: os oficiais responsáveis foram levados a julgamento e a própria CNI produziu relatório detalhado sobre os assassinatos para o juiz encarregado, no qual implicou carabineiros. O mais surpreendente, contudo, foi a dissolução do DICOMCAR e a renúncia de todo o alto comando dos *Carabineros*, inclusive seu diretor, general César Mendoza – um dos quatro membros da Junta – além de quatro de seus generais mais graduados.

Oficialmente, essas renúncias foram um protesto pelo julgamento. O alto comando sustentava que o pessoal dos *Carabineros* não estava envolvido nas mortes e que tanto os tribunais quanto a CNI haviam sido precipitados, acusando-os sem levar em consideração outras pistas plausíveis.[75] O general Carlos Donoso, o quarto em comando após Mendoza, atuou como porta-voz da instituição nos meses que mediaram entre os assassinatos, em março, e sua renúncia, junto com os demais, em agosto. Nas declarações públicas à imprensa, dirigidas aos parentes das vítimas, ele manteve a posição de que não teria havido envolvimento de carabineiros e de que, se isso tivesse ocorrido, os próprios *Carabineros*, como instituição, seriam os primeiros a entregar os homens à justiça.[76]

Donoso colocou sua reputação em risco ao afirmar que não havia carabineiros envolvidos no crime, mas ele e os outros membros do alto comando provaram estar errados. Em março de 1994, nove anos após o crime, foi dada a sentença final a 15 ex-carabineiros, a maioria dos quais está atualmente cum-

prindo pena na prisão. Donoso admite seu erro, hoje, e afirma que se tivesse sabido então o que sabe agora não teria posto sua carreira em risco por uma declaração equivocada.[77]

As conseqüências políticas das renúncias, mais a dissolução da DICOMCAR, sugerem que os assassinatos não estariam claramente vinculados a um esquema mais amplo. Foram confusos, de uma maneira que lembrava a DINA. Os advogados encarregados da acusação argumentaram que pelo menos dois objetivos pareciam presentes no crime. Primeiro, o alto comando dos *Carabineros* acreditava que policiais demais haviam sido mortos em confrontos com manifestantes, muitos dos quais eram comunistas. Muito provavelmente, a decisão de matar três proeminentes comunistas tinha a intenção de enviar um recado a essa organização ou, no mínimo, de tirar uma certa dose de vingança. O segundo objetivo parece relacionado com as confissões do ex-oficial da Aeronáutica, Andrés Valenzuela Morales, que havia fornecido à *Vicaría* informações detalhadas sobre o funcionamento interno do *Comando Conjunto*, uma organização altamente secreta de contra-revolução composta de membros de vários ramos das forças armadas, inclusive alguns antigos agentes da DINA.[78] Pelo menos uma das vítimas, José Manuel Parada, parece ter sido selecionada por seu conhecimento dessas declarações. (Como encarregado de informações na *Vicaría*, Parada havia sido, supostamente, responsável por documentar a confissão).[79]

Uma possibilidade é que agentes da DICOMCAR teriam inferido que a *Vicaría*, como a organização com informações mais extensas e sistemáticas sobre o aparelho repressor da ditadura, teria vazado secretamente essas informações aos comunistas (e à FPMR), que as teriam utilizado para planejar ataques contra os *Carabineros*. É possível que os perpetradores tenham apontado Parada como o elemento-chave na rede de informações: ele era comunista e, além disso, o administrador das informações na *Vicaría*.[80]

Ainda que esse tenha sido o motivo dos assassinatos,[81] a cooperação entre a CNI e os tribunais indica que os *Carabineros* agiram sem coordenação com outros ramos do governo e das Forças Armadas. E é difícil considerar as renúncias e os julgamentos como outra coisa que não um fracasso de espantoso custo político.[82]

Desses custos políticos, os mais importantes giram em torno dos termos estabelecidos pelos "arquitetos" do regime na Constituição de 1980. Eles estabeleceram um plebiscito em 1988 para determinar se Pinochet continuaria no poder por outros nove anos. Embora parte da oposição tenha defendido um boicote ao plebiscito, alegando que ele legitimaria a constituição de Pinochet, outro setor advogava a tentativa de derrotar a ditadura no contexto dos termos que ela mesma havia estabelecido para sua própria transição, indo às urnas e

votando contra Pinochet. Os "arquitetos" dentro do regime estavam convencidos de que o povo chileno, se lhe fosse dada a oportunidade, legitimaria seu programa dando-lhes a vitória no plebiscito de 1988.[83] Um caso como o dos *Degollados* representava o pior dos pesadelos dos "arquitetos".

Uma vez mais, ao seguirmos a pista das informações encontramos surpresas. Evidências da desordem na instituição serviram como uma espécie de moeda para improváveis ações conjuntas que atravessaram as fronteiras políticas. A *Comisión Chilena de Derechos Humanos* (CCDH), uma organização de direitos humanos criada em 1978, escrevia relatórios mensais sobre a situação dos direitos humanos no Chile. Ela os distribuía amplamente dentro das comunidades doméstica e internacional, mas também os enviava, rotineiramente, ao Ministério do Interior e ao chefe da CNI. O presidente da CCDH, Jaime Castillo, declarou: "Si con el Diablo hay que hablar, ¡con el Diablo se habla!"[84] Castillo era a pessoa certa para essa tarefa. Havia sido ministro do gabinete de Eduardo Frei (1964-1970), quando conheceu um oficial chamado Humberto Gordon. Gordon era então o *edecán* (adido militar oficial) junto ao presidente, e veio a ser, sob Pinochet, o substituto de Mena na chefia da CNI. Castillo e Gordon mantiveram contato regular durante os anos 80, quando ambos, supostamente, trabalhavam em lados opostos da cerca.[85]

Esse contato se intensificou após o caso dos *Degollados*. A CCDH escreveu um relatório sobre os assassinatos, implicando carabineiros, e os colocou nas mão da CNI, que havia, ela mesma, chegado à mesma conclusão quanto ao envolvimento de carabineiros em seu relatório para os tribunais. Mais surpreendente ainda, uma "linha direta" foi estabelecida entre a CCDH e a CNI – principalmente entre Castillo e Gordon – após o caso, ligação que foi mantida até 1989, quando a CNI foi finalmente dissolvida.[86] É claro que a CCDH não estabeleceu essa linha de comunicação para vazar furtivamente informações para a CNI. Castillo declarou simplesmente que "tínhamos de falar com as pessoas encarregadas. Sou livre e tenho o direito de ser ouvido. Praticamos a democracia dentro da ditadura".[87]

Conclusão: a política de informações

Mill argumentava que a liberdade de opinião é essencial para a democracia porque a pluralidade de idéias é necessária para manter as más idéias – e os maus líderes – sob controle. A frase enganosamente simples de Castillo – praticamos a democracia dentro da ditadura – implica um argumento adicional: quando não há democracia, a abertura das opiniões pode ajudar a fazê-la. Ou, pelo menos, pode atuar como um controle, ainda que mínimo, sobre o governo autoritário.

Não sabemos se a sugestão implícita de Castillo estava certa, e se as informações serviram para "democratizar" a ditadura de Pinochet. Mas decerto sabemos que as instituições impõem limites a todos os governantes, de ditadores a democratas. No núcleo desses limites encontram-se as informações, razão de ser das instituições. A compreensão dos limites que as instituições e as informações impõem ao mando é essencial para a história de regimes como o de Pinochet. Os problemas de informação estavam no centro das lutas em torno das definições do regime e dos experimentos com instituições policiais para a implantação das agendas dos diferentes setores.

A DINA pretendia ser um meio de impor a ordem durante os primeiros meses da ditadura, e sua criação marcou o ápice de um setor que visava a exterminar os opositores marxistas, no Chile e no exterior. As informações sobre o gangsterismo da DINA forneceram a seus inimigos, tanto internos quanto externos, munição para que pudessem pressionar por seu fechamento.[88] O fim da DINA e a criação da CNI coincidiram com uma mudança geral no caráter do governo, à medida que os – cada vez mais poderosos – "arquitetos" começaram a estabelecer as bases para o novo regime. Embora as violações de direitos humanos não tivessem cessado, a CNI praticou a coerção de modo mais dirigido e seletivo que a DINA. Os diretores da CNI também estabeleceram, com relativo sucesso, relações com figuras da oposição. Esse tipo de contato teria sido impensável durante o período da DINA. Na pior das hipóteses, tais contatos foram simples exercícios de relações públicas, embora sua própria existência sinalize uma diferença em relação ao período de 1973 a 1977, quando tais exercícios não foram considerados necessários. No melhor dos casos, eles abriram canais de comunicação e *feedback* para ambos os lados, num cabo-de-guerra em torno dos termos da política em geral, e no que era pertinente à polícia. Em casos como o dos *Degollados*, esse tipo de contato propiciou uma ação mais ou menos coordenada entre setores do Estado e a oposição, para tomar as rédeas da violência descontrolada da polícia.[89] O interesse da oposição nisso era evidente, mas o governo, sensível à própria imagem na preparação do plebiscito de 1988, percebeu também que sua legitimidade poderia ser comprometida pela continuação do gangsterismo.

A política de informações sobre os termos e a extensão da coerção da polícia sinaliza uma série complexa de fintas e evasivas entre um governo militar em busca de definição e legitimidade e uma oposição em luta para acabar com os abusos dos direitos humanos e para, finalmente, restaurar a democracia. Algumas vezes a oposição capitalizou os pontos fracos do governo através de informações públicas sistemáticas sobre as operações da polícia. Grupos como a COPACHI, a *Vicaría de la Solidaridad* e a *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, entre outros, organizaram-se para coletar, processar e sistematizar informações sobre as ope-

rações das instituições coercitivas do Estado. A capacitação organizacional para fornecer essas informações era fundamental para os esforços da oposição.[90]

Nesse sentido, a política de informações tem a ver com os problemas organizacionais inerentes à essência do mando institucional discutido acima e, também, com a capacidade de os monitores das ações do Estado de se organizarem a si mesmos e às suas informações de maneira sistemática. Assim agindo, eles podem interceptar os objetivos do próprio Estado e, por exemplo, participar na contínua regulamentação da extensão legítima da coerção policial.[91]

A violência policial – como as recentes notícias do Brasil nos lembram – é um problema persistente e excessivamente comum. A compreensão das dinâmicas das instituições do Estado é, creio, o passo certo para que se possa propor soluções.[92] É muito freqüente ver que analistas políticos e lideranças sociais tenderam a acreditar que as novas democracias gerariam instituições democráticas naturalmente. Enclaves autoritários, nessa perspectiva, não passariam de simples constrangimentos incômodos que os democratas precisam erradicar de alguma maneira. O problema é que essas instituições de mando têm suas próprias histórias e dinâmicas, separadas de tal ou qual regime político. O desafio não é tanto a erradicação de enclaves autoritários remanescentes, quanto a articulação de uma estrutura institucional mais permanente e concorde com os princípios democráticos. Se informação é política, seria tentador argumentar que informações abertas promovem democracia. Antes de comemorar a vitória, contudo, a história da polícia durante a ditadura de Pinochet indica que, conquanto a informação possa servir como importante arma na luta contra a ditadura, essa é uma batalha difícil e os resultados não são certos. Ainda assim, com ou sem democracia, a informação pode ser uma chave para a emancipação de instituições que não sejam aquelas de nossa escolha.

Notas

1. Ver James H. Rosberg, "The development of the rule of law in Egypt in comparative perspective", *paper* apresentado na American Political Science Association Conference, Nova York, 1 a 4 de setembro de 1994. Para outras perspectivas gerais sobre os problemas do agente-diretor dentro de organizações burocráticas, ver Randall L. Calvert, Matthew D. McCubbins e Barry R. Weingast, "A theory of political control and agency discretion", *American Journal of Political Science* (agosto de 1989), p. 588-611; Jonathan R. Macey, "Organizational design and the political control of administrative agencies", *Journal of Economics and Organization* 8:1 (março de 1992), p. 93-110; Matthew D.

McCubbins e Barry R. Weingast, "Congressional oversight overlooked: police patrols versus fire alarms", *American Journal of Political Science* 28:1 (fevereiro de 1984). Ver também James S. Coleman, "Constructed organization: first principles", *The Journal of Law, Economics and Organization* 8:1 (1991): 7-23; e Michael Lipsky, *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services* (Nova York, Russell Sage Foundation, 1980).

2. Cf. Guillerino O'Donnell, *Modernization and bureaucratic authoritarianism: studies in South American politics*, Politics of Modernization Series 9 (Berkeley, Institute of International Studies, University of California, 1973); Juan Linz e Alfred Stepan eds., *The breakdown of democratic regimes: Latin America* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978); David Collier, *The new authoritarianism in Latin America* (Princeton, Princeton University Press, 1979).

3. Cf. Alfred Stepan, *The military in politics: changing patterns in Brazil* (Princeton, Princeton University Press, 1970) e *The state and society: Peru in comparative perspective* (Princeton, Princeton University Press, 1978).

4. Cf. Juan Linz, "An authoritarian regime: Spain", in Stein Rokkan ed., *Mass politics* (Nova York, Free Press, 1970) e "Totalitarian and authoritarian regimes", in Fred Greenstein e Nelson Polsby eds., *Handbook of political science 3* (Reading, Addison-Wesley, 1975).

5. O trabalho seminal é Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Lawrence Whitehead eds., *Transition from authoritarian rule*, 4 v. (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986), e particularmente O' Donnell e Juan Linz eds., *Tentative conclusions about uncertain democracies* (ibidem). Ver também Larry Diamond, Seymour Lipset e Juan Linz eds., *Democracy in developing countries: Latin America* (Boulder, Lynne Rienner, 1989); Alfred Stepan ed., *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation* (Nova York, Oxford University Press, 1989) e, mais recentemente, Stephan Haggard e Robert R. Kaufman, *The political economy of democratic transitions* (Princeton, Princeton University Press, 1995).

6. A conversão de O'Donnell e Schmitter, de uma abordagem estrutural para outra, mais orientada para a escolha racional dos agentes, talvez seja a transformação mais notável.

7. Cf. Frances Hagopian, "Democracy by undemocratic means? Elites, political pacts and regime transition in Brazil", *Comparative Political Studies* 23:2 (julho de 1990), p. 147-70; Scott Mainwaring, Guillermo O'Donnell e J. Samuel Valenzuela eds., *Issues in democratic consolidations: the new South American democracies in comparative perspective* (Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1992).

8. Cf. Frances Hagopian, "Traditional politics against state transformation in Brazil", in Joel S. Migdal, Atul Kohli e Vivienne Shue eds., *State power and social forces: domination and transformation in the Third World* (Nova York, Cambridge University Press, 1994), p. 36-64; Guillermo O'Donnell, "On the state, democratization and some conceptual problems: a Latin American view with glances at some postcommunist countries", *World Development*, 21:8 (1993), p. 1355-70. Ver também Alfred Stepan, *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone* (Princeton, Princeton University Press, 1988). Loveman observa que o papel tutelar dos militares na América Latina tem suas raízes nas constituições da região, que tradicionalmente têm atribuído tal poder aos militares, vistos como último bastião de proteção da soberania. Ver Brian

Loveman, *The constitution of tyranny: regimes of exception in Spanish America* (University of Pittsburgh Press, 1993).

9. O caso Rodney King é um entre muitos exemplos. As patrulhas de fronteira dos Estados Unidos freqüentemente recebem notas baixas de grupos de vigilância como o Human Rights Watch e a Anistia Internacional. Os estudiosos que tiverem interesse na história e na dinâmica da polícia na América Latina podem aprender muito com os estudos sobre a polícia em países como os Estados Unidos. Ver, por exemplo, David H. Bayley, *The new blue line: police innovation in six American cities* (Nova York, The Free Press, 1986); Egon Bittner, *The function of the police in modern society: a review of background factors, current practices and possible role models* (Washington, DC, National Institute of Mental Health, Center for Studies of Crime and Deliquency, 1970); Otwin Marenin, "The police and the coercive nature of the state", in Edward S. Greenberg e Thomas F. Mayer eds., *Changes in the state: causes and consequences* (Nova York, Sage Publications, 1990), p. 115-30. Ver também Mark Moore, "Policing: desregulating or redefining accountability?", in John Dilulio Jr. ed., *Deregulating the public service: can government be improved?* (Washington, The Brookings Institution, 1994).

10. Muito dessa literatura recente tira subsídios de debates correlatos em outras subcategorias de campos de estudo sobre a importância das instituições e sobre "a volta do Estado". Embora se trate de vasta literatura, alguns trabalhos recentes incluem Peter Evans, Dietrich Rueschmeyer e Theda Skocpol eds., *Bringing the state back in* (Nova York, Cambridge University Press, 1985); James G. March e Johan P. Olsen, *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics* (Nova York, The Free Press, 1989); Sven Stinmo, Kathleen Thelen e Frank Longstreth eds., *Structuring politics: historical institutionalism in comparative perspective* (Cambridge, Cambridge University Press, 1992); e Gianfranco Poggi, *The development of the modern state: a sociological introduction* (Stanford, Stanford University Press, 1978). Para uma boa visão panorâmica, ver Ellen M. Immergut, "The normative roots of the new institutionalism: historical-institutionalism and comparative policy studies", in Arthur Benz and Wolfgang Seibel eds., *Biträge zur Theorieentwicklung in der Politik-und Verwaltungswissenchaft* (Baden-Baden, Nomos Verlag, 1996). Um clássico nessa tradição é Frederik M. Watkins, *The state as a concept of political science* (Nova York, Harper and Brothers Publishing, 1934).

11. Max Weber, *Economy and society: an outline of interpretive sociology*, Guenther Roth e Claus Wittich eds. (Berkeley, University of California Press, 1978); Poggi, *The development of the state*; e Watkins, *The state as a concept.*

12. O'Donnell, em mais uma transmutação epistemológica, observa que os Estados se distribuem irregularmente em algumas regiões e, até mesmo, dentro dos países. Em conseqüência, algumas regiões sáo afligidas por uma "cidadania de baixo nível". Ver O'Donnell, "On the state, democratization and some conceptual problems: a Latin American view with glances at some postcommunist countries", *World Development* 21:8 (agosto de 1993), p. 1355-70. Cf. Robert Fishman, "Rethinking state and regime: southern Europe's transition to democracy", *World Politics* (1990) p. 423-39, para a visão de que muito da literatura sobre "transições" passa por cima da distinçáo entre Estado e regime.

13. Ver Immergut, "The normative roots of the new institutionalism".

14. Ver Pierre Bourdieu, *Outline of a theory of practice*, tradução de Richard Nice (Cambridge, Cambridge University Press, 1977). Também Sabel argumenta que os trabalhadores geralmente alteram os limites de suas rotinas de trabalho de maneiras que são imprevisíveis à luz do conteúdo das regras. Tais alterações não são tanto transgressões quanto adaptações a particularidades locais do serviço. (Ver Charles F. Sabel, *Work and politics*). Desse ponto de vista, os manuais de conduta bem-sucedidos são aqueles que são atualizados regularmente de acordo com o conhecimento e a experiência adquiridos pelos trabalhadores na prática. De certa maneira, esse é o problema do agente-diretor virado de cabeça para baixo: monitoramento das ordens do diretor de acordo com as práticas dos agentes. (Ver Sabel, "Learning by monitoring: The institutions of economic development", MIT, 1993, e "Mobius-strip organizations and open labor markets: some consequences of the reintegration of conception and execution in a volatile economy", in Pierre Bourdieu e James S. Coleman eds., *Social theory for a changing society* [Boulder, Westview Press, 1991].)

15. Ver, por exemplo, James Rosberg, "The development of the rule of law in Egypt in comparative perspective", *paper* apresentado na American Political Science Association Conference, Nova York, 1 a 4 de setembro de 1994.

16. Bittner, "Function of the police"; Otwin Marenin "Police performance and state rule", *Comparative Politics* 18:1 (outubro de 1985) e "The police and the coercive nature of the state"; e Laura Kalmanowiecki, "Military power and policing in Argentina" (tese de doutorado, New School for Social Research, 1995).

17. Ver, por exemplo, Samuel P. Huntington, *The soldier and the state* (Nova York, Vintage Books, 1958); e Charles Tilly, "War making and state making as organized crime", in Peter Evans et al., *Bringing the state back in*. Para o caso da América Latina, ver Alfred Stepan, "The new professionalism of internal warfare and military role expansion", in Stepan ed., *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future* (New Haven, Yale University Press, 1973); Abraham F. Lowenthal ed., *Armies and politics in Latin America* (Nova York, Meier Publishers, 1976); Brian Loveman e Thoman M. Davies eds., *The politics of antipolitics: the military in Latin America* (Wilmington, Delaware, Scholarly Resources, 1997; original de 1978 revisto).

18. A fonte clássica para os acontecimentos políticos que levaram ao golpe continua sendo Arturo Valenzuela, *The breakdown of democratic regimes: Chile* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978). Ver ainda Antonio Garretón, *The Chilean political process* (Boston, Unwin Hyman, 1989); Stefan de Vylder, *Allende's Chile: the political economy of the rise and fall of the Unidad Popular* (Cambridge, Cambridge University Press, 1976); e Paul Sigmund, *The overthrow of Allende and the politics of Chile* (Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1977).

19. Ver Genaro Arriagada, *El pensamiento político de los militares* (Santiago, Editorial Aconcagua, 1986); também Augusto Varas, *Los militares en el poder: régimen y gobierno militar en Chile 1973-1986* (Santiago, Pehuén e FLACSO, 1987), e Augusto Varas, Felipe Agüero e Fernando Bustamante, *Chile, democracia, Fuerzas Armadas* (Santiago, FLACSO, 1980).

20. O primeiro comunicado oficial da Junta afirmava que ela havia assumido "o comando supremo da nação com o compromisso patriótico de restaurar a *chilenidad*, a justiça e as instituições que haviam sido rompidas (...) como

resultado da entrada de uma ideologia dogmática e alienadora, inspirada nos princípios estrangeiros do marxismo-leninismo". Decreto-Lei nº 1, de 11 de setembro de 1973, *Acta de Constitución de la Junta de Gobierno, Diario Oficial* de 18 de setembro de 1973.

21. Decreto-Lei nº 1, de 11 de setembro de 1973.

22. Ata nº 14, *Actas de la Comisión Constituyente*, 8 de novembro de 1973.

23. Decreto-Lei nº 128, de 16 de novembro de 1973.

24. Ver Eugenio Ahumada et. al., *Chile: la memoria prohibida*, p. 386. A natureza dessa reunião tornou-se, recentemente, objeto de debate. Os jornalistas informaram que, de acordo com o ex-membro da Junta e *ex-director general* dos *Carabineros*, César Mendoza, Aylwin entrou na reunião "com um sorriso que achei surpreendente, considerando que ainda se ouviam tiros nas ruas". Mendoza disse ainda que Aylwin simplesmente se apresentou e declarou que ele e os democratas cristãos estavam agradecidos à Junta por ter livrado o país do jugo marxista. Aylwin, por outro lado, recorda que o propósito e a natureza da reunião foram simplesmente "esclarecer o recesso político" no país e expressar a preocupação de seu partido ante os abusos contra os direitos humanos que vinham sendo cometidos. Segundo Aylwin, o revólver de Merino era o indicador mais claro das intenções da Junta. (Ver "Polémica por visita de Aylwin a la Junta", *La Tercera*, 8 de abril de 1997, p. 9.)

25. Ver *Informe Rettig*, p. 47.

26. Decreto-Lei nº 527.

27. Decreto-Lei nº 806, de 16 de dezembro de 1974.

28. Ver Genaro Arriagada, *Pinochet: the politics of power* (Boston, Unwin Hyman, 1988). Ver, também, Carlos Huneeus, "El Ejército y la política en el Chile de Pinochet: su magnitud y alcances", *Opciones* 14 (1988), 89-136. O regime militar argentino é um contraponto interessante a essa concentração de poder. Na Argentina, os chefes das forças armadas, ao contrário de seus correspondentes chilenos, ocuparam a liderança rotativamente e nenhum indivíduo foi jamais capaz de concentrar a extensão de poder que Pinochet conseguiu no Chile. Ver Patricio García, *El drama de la autonomia militar* (Buenos Aires, Alianza Editorial, 1995).

29. Por exemplo, o general Alejandro Medina, chefe, nesse período, da unidade de elite dos boinas negras do Exército, acreditava que "o país estivera em um estado de guerra até, pelo menos, novembro de 1973". Seu suvenir de combate é uma boina com um buraco de bala recebido enquanto a tinha na cabeça. "Estou vivo", disse ele com insolência característica, "graças à má pontaria desses tolos". (Entrevista, 26 de outubro de 1995).

30. Informe Rettig, capítulo II. Ver também Elías Padilla, *La memoria y el olvido: detenidos desaparecidos en Chile* (Santiago, Ediciones Orígenes, 1995).

31. O general Gustavo Leigh, comandante em chefe da Aeronáutica e um dos quatro membros da Junta, procurou, em novembro de 1973, se aconselhar sobre um plano para impor ordem a um processo de detenções reconhecidamente caótico. Consultou o advogado Miguel Schweitzer, que elaborou um projeto de reorganização que não envolvia a criação de uma organização do tipo da DINA. Seu projeto, claro, jamais foi adotado. (Miguel Schweitzer, Entrevista, 17 de dezembro de 1996).

32. Citado em Pamela Constable e Arturo Valenzuela, *A nation of enemies*, p. 20.

33. Patricia Verdugo, *Los zarpazos del puma* (Santiago, 1989).

34. Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, *Informe Rettig: Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (Santiago, La Nación e Ediciones Ornitorrinco, 1991), p. 42-8, 451-8. Contreras era um oficial condecorado, mas não um especialista em serviços de informações. O general Odlanier Mena erigiu sua carreira no campo da inteligência militar e tornou-se um dos mais sérios críticos de Contreras. (Mena viria, mais tarde, a ser o chefe da CNI depois da queda de Contreras). Ver Ascanio Cavallo, Manuel Salazar e Oscar Sepúlveda, *Chile, 1973-1988: la historia oculta del régimen militar* (Santiago, Editorial Antártica, 1990), p. 134-46.

35. No Chile, as leis não entram em vigor antes de sua publicação no *Diario Oficial*. Dessa forma, os artigos secretos atendiam, tecnicamente, à exigência de publicação.

36. Ver *Informe Rettig*, p. 62-9. José Zalaquett, um importante advogado defensor dos direitos humanos à época, que participou da criação do *Comité por la Paz en Chile*, notou que os observadores de direitos humanos, com base nas operações da DINA, deduziram com bastante precisão o conteúdo desses artigos secretos. (Entrevista, 16 de setembro de 1996).

37. O mesmo é verdade para *Investigaciones de Chile*, a força policial civil do país.

38. Durante o período inicial um grande número de pessoas de todo o espectro político foi morto pelas Forças Armadas. Esse grupo incluiu indivíduos da esquerda, do centro, da direita e até muitos que não tinham qualquer filiação política. Ver *Informe Rettig*, cap. 2. Elías Padilla relata que a maior parte dos desaparecidos antes da DINA não tinha filiação política conhecida, enquanto durante o período da DINA e da CNI a maioria das vítimas de desaparecimentos pertencia ao Partido Comunista e ao MIR. Ver Elías Padilla, *La memoria y el olvido*, p. 59.

39. José Zalaquett observou que "a partir de fevereiro de 1974 os métodos mudaram, súbita e radicalmente. Os serviços de inteligência não mais divulgavam as mortes, e as pessoas detidas começaram a desaparecer". (Discurso perante o Subcomitê de Organizações Internacionais, Câmara dos Estados Unidos, 1976, citado in Eugenio Ahumada et. al., *Chile: la memoria prohibida* [Santiago, Pehuén, 1989], p. 389).

40. Uma cópia do convite para essa reunião existe em Assunção, no "*Archivo del Terror*" (os arquivos do Departamento de Polícia de Assunção descobertos em 1992). Data de outubro de 1975 e diz: "O Coronel Contreras roga ao Sr. General Brites (Chefe de Polícia de Assunção) honrá-lo com sua presença, acompanhado por alguns assessores, se assim o desejar, já que espera que esta Reunião possa ser a base de uma excelente coordenação e melhor atuação em benefício da Segurança Nacional de nossos respectivos países". A reunião realizou-se em Santiago, de 25 de novembro a 1 de dezembro de 1975. Um relatório interno do Sr. Brites em resposta ao convite, que também está guardado no arquivo, sugere que a coordenação entre as agências de informações do Chile e do Paraguai carecia de algumas peças básicas de informação. Escreve Brites: "É de surpreender que não se tenha feito nenhuma consulta prévia a este respeito. A Polícia da Capital não atua em nível nacional". (Folio 47_DI, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, Assunção, Paraguai). O Paraguai aderiu oficialmente à *Operación Condor* em julho

de 1976. Para uma panorâmica das violações de direitos humanos no Paraguai ver José Luis Simon, *La dictadura de Stroessner y los derechos humanos* (Assunção, Paraguai, Comité de Iglesias, 1992), Serie Nunca Más, vol I. Para um relato testemunhal do papel do Paraguai na *Operación Condor*, ver Gladys Meilinger de Sannemann, *Paraguay en el Operativo Condor: represión e intercambio clandestino de prisioneros politicos en el Cono Sur* (Assunção, Paraguai, 1993).

41. Ela seria implantada ostensivamente em três fases. A Fase Um cobria armazenamento e troca de informações sobre o inimigo. A Fase Dois incluía operações conjuntas entre os países membros da Operação Condor, e o objetivo da Fase Três visava à formação de equipes dos países membros operadas conjuntamente que pudessem atacar os inimigos em qualquer parte do mundo. Para exemplos das trocas de informações e de operações envolvendo dois países, ver *Informe Rettig*; Melinger de Sannemann; CONADEP, *Nunca más: Informe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas*; Servicio Paz y Justicia Uruguay, *Uruguay nunca más* etc. É provável que o assassinato de Letelier tenha sido previsto como parte da Fase Três.

42. Ver Edwin Harrington e Mónica González, *Bomba en una calle de Palermo.*

43. Não foi, provavelmente, por mera coincidência que esses crimes ocorreram aproximadamente na mesma época do ano: 18 de setembro é a data da independência do Chile, 19 de setembro é o "Dia das Forças Armadas", e todo o mês de setembro é conhecido como "o mês da pátria". As eleições nacionais se realizam, tradicionalmente, em 4 de setembro. O golpe foi dado em 11 de setembro e, até hoje, os dias entre 4 de setembro (comemoração da data em que Allende foi eleito em 1970, a última vez em que se elegeu um presidente nesse dia) e 19 de setembro marcam um período simbolicamente carregado. Michael Townley sugeriu que fora pressionado a garantir que Letelier fosse assassinado durante o mês de setembro, com propósitos simbólicos. (Ver John Dinges e Saul Landau, *Assassination on Embassy Row* [Nova York, Pantheon Books, 1980]).

44. Dinges e Landau observam que o agente especial do FBI Robert Scherrer, um especialista em Cone Sul e em assuntos de inteligência, informou, pouco depois do assassinato de Letelier, que uma fonte-chave dentro da *Operación Condor* confirmara haver um vínculo. A fonte dissera a Scherrer que "Esses lunáticos em Santiago vão estregar tudo. Isso vai nos prejudicar a todos, tremendamente. Quando se trata de MIR, Tupamaros, coisas assim, está tudo bem comigo. Não me importo. Mas a outra história é péssimo negócio – extrapolar desse jeito dentro da Europa e de outros países. Condor foi uma boa operação, mas isto irá arruiná-la". (Dinges e Landau, *Assassination*, p. 237-38).

45. Para uma boa visão geral da pressão dos Estados Unidos no caso, ver Paul Sigmund, *The United States and democracy in Chile* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1993), esp. p. 108-18. Ver também Dinges e Landau, *Assassination*, esp. capítulo 11.

46. O ódio de Contreras ao comunismo era já bem conhecido antes da DINA – antes do golpe, na verdade. (Ver Manuel Salazar, *Contreras: Historia de un intocable* [Santiago, Grijalbo, 1995], esp. capítulos 1-3). O que Pinochet "sabia" sobre as operações de Contreras continua sendo objeto de debate. Embora tecnicamente sob o comando da Junta, na prática Contreras prestava contas apenas a Pinochet, em despachos diários. Conquanto seja difícil acreditar que detalhes significativos das operações da

DINA deixassem de ser discutidos nessas reuniões, é possível que Pinochet desse a Contreras grande liberdade de ação para lutar contra os inimigos, desde que essa luta não implicasse grandes custos políticos. Embora Pinochet e Contreras fossem velhos amigos, o agora presidente não demonstrara o mesmo tipo de fervor ideológico antes do golpe. Na verdade, Allende nomeou-o para o principal posto da hierarquia militar por ser um oficial de confiança. Contudo, mesmo sem o benefício de uma visão retrospectiva, essa nomeação foi um grave erro de julgamento. Um dos indícios disso é que durante a Segunda Guerra Mundial Pinochet apoiara as forças do Eixo, não os Aliados. (Ver Augusto Pinochet, *Camino recorrido: memorias de un soldado* [Santiago, Instituto Geográfico Militar, 1990-1993]). Em anos recentes, Pinochet tem manifestado abertamente críticas ao *Bundeswehr*, argumentando que as reformas de "desprussianização" do exército alemão no pós-guerra haviam-no infestado de "dependentes de drogas, (homens) de cabelos compridos, homossexuais e sindicalistas". (Pinochet, discurso no Club de la Unión, 199?). Isto pode ser interpretado apenas como crítica ao fim do modelo prussiano de organização militar, ao qual o exército chileno ainda se apega.

47. Monica Mandariaga, consultora jurídica próxima de Pinochet e, mais tarde, ministra da Justiça, confessou que "vivia em uma bolha" durante os primeiros anos, apesar de freqüentemente trabalhar em contato próximo com Manuel Contreras. Ao contrário de muitos outros que continuaram a viver numa bolha até o final do regime, Mandariaga tornou-se uma importante crítica das violações de direitos humanos dentro do governo militar e muitas vezes viu sua posição ameaçada em conseqüência disso. Ver Mónica González, "Entrevista exclusiva: Mónica Mandariaga pide perdón", *Análisis* (10 a 16 de dezembro de 1985), p. 16-21; Pamela Constable e Arturo Valenzuela, *A nation of enemies: Chile under Pinochet* (Nova York, W. W. Norton, 1993), p. 64-66, 80-81, 124-25.

48. José Zalaquett, Entrevista, 16 de setembro de 1996. A *Comisión Verdad y Reconciliación* (da qual Zalaquett foi membro) sugere que os agentes da DINA muito provavelmente acreditavam que a sua era uma heróica missão, necessária mas ingrata: exterminar a oposição mesmo se outros partidários da ditadura discordassem de tais métodos. Em outras palavras, um caso extremo de fins justificando meios intrinsecamente injustificáveis (*Informe Rettig*, p. 476).

49. Ver Frühling, "Resistance to fear in Chile" e, também, *Represión política y defensa de los derechos humanos* (Santiago, Academia de Humanismo Cristiano – CESOC, 1986), e Patricio Orellana e Elizabeth Q. Hutchinson, *El movimiento de los derechos humanos en Chile, 1973–1990* (Santiago, CEPLA, 1991).

50. Ver Frühling, "Resistance to fear in Chile". A equipe da *Vicaría* desenvolveu métodos altamente sofisticados para cruzar as informações e assegurar sua precisão. Um dos mais importantes era o fato de que as vítimas ou seu parentes teriam de assinar, eles mesmos, os pedidos de *habeas-corpus*, garantindo, assim, sua responsabilidade pessoal pelas informações neles contidas. José Zalaquett, encarregado da equipe jurídica do COPACHI, declarou que era imprescindível que todos os detalhes estivessem corretos. Em várias ocasiões isso implicou, para organizações como o CCDH, a filtragem de informações de indivíduos que deliberadamente tentavam enganá-las e, até, daqueles que honestamente se acreditavam vítimas sem sê-lo. (Zalaquett, Entrevista, 16 de setembro de 1996; e Andrés Domínguez, Entrevista, 16 de agosto de 1995).

51. Frühling argumenta que os recursos "forneceram uma estrutura para a sistematização do crescente corpo de informações sobre os métodos repressivos usados pelo regime" (Hugo Frühling, "Resistance to fear in Chile: the experience of the *Vicaría de la Solidaridad*", in Corradi et el., eds., *Fear at the edge*, pp. 121-41). Muitas dessas informações serviram de base, mais tarde, para o *Informe Rettig*. Vale a pena observar, também, que o primeiro relatório da OEA sobre a situação dos direitos humanos no Chile foi publicado em 1976 e baseado, em grande parte, em informações fornecidas pela *Vicaría* e advogados como Jaime Castillo e Eugenio Velasco. A publicação do relatório, que criticou duramente – o que não é de surpreender – a experiência da ditadura militar e da DINA em particular, resultou na expulsão do país de Castillo e Velasco. A Jaime Castillo foi permitido retornar mais tarde, e ele veio a ser um dos chefes da *Comisión Chilena de Derechos Humanos*.

52. Miguel Schweitzer, alto assistente de Sergio Diez, embaixador chileno junto às Nações Unidas em 1974-78, declarou que sua equipe duvidava da confiabilidade das informações sobre o regime dadas aos observadores das Nações Unidas por grupos locais chilenos como a *Vicaría*. Apesar disso, ao mesmo tempo que argumentava que "a oposição aumentava o número de violações de direitos humanos no Chile", ele também anotou que "havia excessos devido à insuficiência do controle interno". (Entrevista, 17 de dezembro de 1996).

53. Consejo del Estado, *Actas del Consejo del Estado* (Santiago: 14ª sessão, 29 de março de 1977). Desde os primeiros tempos havia debates dentro do governo sobre violações dos direitos humanos. Na *Comisión Constituyente*, alguns membros pugnavam pela proteção dos direitos dos cidadãos (uma óbvia referência à situação corrente), enquanto outros argumentavam que, conquanto fosse bom e louvável defender os direitos das pessoas, as "exigências práticas" da reconstrução do país impunham a adoção de princípios acauteladores mais pragmáticos. (República de Chile, *Actas Oficiales de la Comisión Constituyente* [Santiago: Talleres Gráficos Gendarmeria de Chile], esp. 9ª Sessão, 23 de outubro de 1973).

54. El Mercurio, 28 de maio de 1977, citado *in* Alejandro Quezada, "La Lección de la DINA", *Mensaje* 270, julho de 1978, p. 362.

55. El Mercurio, agosto de 1997, citado in Quezada, op.cit., p. 362.

56. Ercilla, 28 de março de 1997, citado in Quezada, op.cit., p. 362.

57. Citado in Quezada, op.cit., p. 362. O próprio Quezada acrescenta que "Ninguém faz uma declaração solene como esta, diante de tal autoridade, sem aceitar a premissa da existência de sérias irregularidades" (Quezada, op.cit., p. 363). O artigo de Quezada está em *Mensaje*, a publicação mensal da *Vicaría*, e as reflexões do autor podem ser interpretadas como sinal de que a própria *Vicaría* tinha conhecimento do crescente descontentamento com a DINA dentro dos círculos do governo. O ex-embaixador junto à ONU (hoje senador) Sergio Diez é lembrado, talvez injustamente, como a pessoa que compareceu diante das Nações Unidas para afirmar que não havia violações de direitos humanos no Chile. A citação acima sugere que sua real declaração foi um tanto diferente, defensiva, mas indicando que o assunto não podia ser levianamente descartado.

58. O general (da reserva) Fernando Arancibia, diretor interino do CNI entre Contreras e Mena, declarou que o assassinato de Letelier "não faria nenhum sentido, politicamente, para o

Chile", que "obviamente a CIA estava por trás dessa morte" e que "se encontrasse algum culpado aqui, eu lhe cortaria os colhões". (Entrevista, 26 de outubro de 1995). Para o argumento de que o assassinato foi uma trama inspirada pela CIA para desestabilizar o governo Pinochet, ver Alfonso Morente Almar, *¿CIA: mito o realidad?* (Madri, Ediciones Piedra Buena, 1987).

59. General (da reserva) Fernando Arancibia, diretor do CNI de novembro de 1977 a fevereiro de 1978 (entrevista em 26 de outubro de 1995). Embora acreditasse que o assassinato de Letelier não podia ser atribuído à DINA, o general Arancibia lamentou os "excessos" desse organismo. Acrescentou, contudo, em tom caracteristicamente intimidador, que "para lutar com bandidos é preciso adotar uma linha dura. Às vezes tem-se que pendurá-los pelos colhões".

60. Entrevista em 7 de outubro de 1977. Jaime Castillo veio também a acreditar que Contreras "não era um bom chefe de segurança. Ele não era rigoroso. Essa gente agia com tal impunidade que não se preocupava com detalhes. Improvisavam. Em outras palavras, acredito piamente quando dizem que não têm informações sobre os desaparecidos". (Entrevista em 15 de novembro de 1995).

61. Mena havia ido para o Uruguai, em parte, por descontentamento com a ascensão de Contreras. Ver Cavallo et. al., *La historia oculta*, p. 134-136 e *Informe Rettig*, p. 617-23.

62. Muito depois do fim da DINA os Estados Unidos continuavam a pressionar o Chile a respeito das violações dos direitos humanos, o que sugere que seu fechamento não visou diretamente a acalmar os ânimos de Washington. (Ver Darren Hawkins, "International influence and human rights in Chile: explaining the 'disappearance' of the DINA in 1977", trabalho apresentado na conferência da American Political Science Association, Nova York, 1 a 4 de setembro de 1994).

63. Entrevista em 13 de janeiro de 1997. Também Miguel Schweitzer, entrevista em 17 de dezembro de 1996. Ver, ainda, Sergio Fernández, *Mi lucha por la democracia* (Santiago, Editorial Los Andes, 1994). Apesar do título eufemístico e de a narrativa exagerar a importância de Fernández, o livro é uma boa fonte do ponto de vista de um dos atores chaves desse período. Para uma excelente e exaustiva análise do projeto constitucional, ver Robert J. Barros, *By reason and force: military constitutionalism in Chile, 1973-1989*, tese de doutorado, University of Chicago, 1996.

64. Um dos primeiros atos de Fernández foi conceder anistia para todos que haviam sido condenados pelos tribunais militares desde o golpe. Embora sua justificativa pública fosse "promover uma nova era de paz", o decreto serviu, na prática, como tampão para impedir processos contra violações de direitos humanos no período 1973-78.

65. Uma fonte adicional de descontentamento com a DINA, sobre cuja extensão plena pode-se apenas especular, ocorreu em função de outro tipo de pressão internacional: a dos vizinhos do Chile nas questões de disputas territoriais. Em maio de 1977 a Argentina anunciou que pretendia estabelecer sua soberania nas partes do canal de Beagle que então disputava com o Chile. As tensões entre os dois países cresceram quase a ponto de deflagrar uma guerra. Situação similar ocorreu em relação à Bolívia, que, em março de 1978, cortou relações com o Chile. Estava-se às vésperas do centésimo aniversário da Guerra do Pacífico, durante a qual o Chile anexara território boliviano, cortando seu acesso ao mar, e a Bolívia reclamava que o Chile demonstrava pouco interesse em encontrar uma

solução que atendesse àquele país mediterrâneo.

A possibilidade de uma guerra, e especialmente em várias frentes, representou uma importante ameaça ao regime Pinochet. Uma das hipóteses é que essas ameaças demonstraram a incompetência da DINA. Uma instituição em que uma guerra subterrânea contra os inimigos marxistas era a prioridade – era o único interesse, pode-se dizer – teria sido pouco capaz de fornecer informações precisas sobre as ameaças dos vizinhos. Apesar de cada uma das forças armadas manter seu próprio serviço de informações, a DINA deveria atuar como principal órgão coordenador, tarefa da qual não se desincumbiu a contento no caso da inteligência propriamente dita, em contraste com a simples caça aos marxistas. Quando indagado sobre as distinções nos tipos de trabalho de inteligência realizados pela DINA e pela CNI, o general Mena respondeu : "Nós fazíamos serviço de inteligência. A DINA não". (Entrevista, 7 de outubro de 1996). Permanece obscuro até que ponto o descontentamento generalizado com a DINA refletiu esse fator, mas, dada a seriedade das ameaças, seria de surpreender que seus opositores dentro das forças armadas não tivessem usado essa oportunidade para denunciar suas deficiências como instituição militar.

66. Mena argumentou que o fato de se colocar a CNI mais claramente sob o comando do gabinete estabeleceu "uma garantia para os cidadãos, porque passou-se a conhecer com certeza os canais pelos quais as informações são dirigidas, já que existe um Ministério acessível pelo público". (Citado in Nações Unidas, "Informe del Consejo Económico y Social: Protección de los Derechos Humanos en Chile", A/33/311[25 de outubro de 1978], p. 32).

67. Cavallo et. al., *La historia oculta*, p. 194.

68. A natureza da conversa, segundo relato do próprio Mena, revela, ou uma ingenuidade surpreendente, ou assombroso cinismo. Durante a reunião, em resposta às naturais perguntas dos bispos sobre a questão dos desaparecidos, Mena lhes disse que "há pessoas que não estão aqui", mas que "não há prisioneiros políticos neste momento". Mena afirma que ficou desapontado com o fato de que os bispos não acreditaram nele. (Entrevista em 7 de outubro de 1996). Considerando-se o histórico da ditadura, não é de surpreender, para dizer pouco, que as autoridades da Igreja não tenham reagido bem diante dessa declaração. Contudo, o fato de que essa reunião tenha ocorrido já assinala uma importante mudança. Marcou, também, o início de um novo tipo de relação de trabalho entre alguns líderes de direitos humanos e a CNI, que iria, mais tarde, assumir a forma do contato mais direto e confiante entre Jaime Castillo e o general Humberto Gordon, sucessor de Mena.

69. Ver *Informe Rettig*, p. 618.

70. Informe Rettig, p. 623.

71. Cavallo et. al., *La historia oculta*, p. 302-3.

72. Informe Rettig, p. 627-8.

73. Ver Carlos Maldonado, "Los Carabineros de Chile: historia de una policía militarizada", *Ibero-Americana, Nordic Journal of Latin American Studies* 20:3 (1990), p. 3-31. Atualmente os *Carabineros* continuam oficialmente sob a jurisdição do Ministério da Defesa, mas o Ministério do Interior assume o comando por "motivos operacionais". Isto significa que, conquanto o Ministério do Interior seja quem decide sobre quando e onde a polícia deve estar presente, a autoridade e a responsabilidade legais finais ficam com o da Defesa. Em conseqüência, por exemplo, os *Carabineros*, como

instituição, são julgados em tribunais militares e não nas cortes civis.

74. *Informe Rettig*; Maldonado, "*Carabineros*".

75. Ver Nelson Caucoto e Héctor Salazar, *Un verde manto de impunidad* (Santiago, Ediciones Academia e FASIC, 1994), relato do caso escrito pelos advogados da *Vicaría* que lideraram a acusação.

76. Ver *La Segunda*, 13 de julho de 1985, e também entrevista com o autor, em 10 de novembro de 1995.

77. Entrevista, 10 de novembro de 1995.

78. As confissões foram divulgadas em dezembro de 1984 em Caracas, Venezuela, na forma de uma entrevista à jornalista Mónica González. Foram também reproduzidas em Santiago. Ver Agrupación de Familiares Detenidos-Desaparecidos, "Confesiones de un Agente de Seguridad" (Santiago, AFDD, 1984).

79. Caucoto e Salazar, *Impunidad*.

80. A entrevista original com Valenzuela, contudo, foi feita pela jornalista Mónica González, não por Parada. Não é improvável que os assassinos tenham superestimado a importância de Parada neste caso específico. (Mónica González, entrevista, 26 de novembro de 1996).

81. O *Informe Rettig* não fornece um relato detalhado do caso.

82. Um exemplo de perspectiva de espírito leve da oposição é a piada corriqueiramente contada entre os partidários de Allende em que se referiam ao golpe como "recuo tático" na luta pela revolução socialista.

83. Ver Augusto Varas, "The crisis of legitimacy of military rule in the 1980's", in Paul Drake e Ivan Jaksic, eds., *The struggle for democracy in Chile, 1982-1990* (University of Nebraska Press, 1991), p. 73-97; e Constable e Valenzuela, *Nation of enemies*, 300-306.

84. "Se é preciso falar com o Diabo, pois que se fale com o Diabo!"

85. Jaime Castillo, entrevista em 13 de novembro de 1995; e Andrés Domínguez, entrevista em 16 de agosto de 1995.

86. Castillo, entrevista e Domínguez, entrevista.

87. Castilho, entrevista.

88. A jornalista Mónica González, que se especializou em questões de direitos humanos durante a ditadura, observou que obteve a maioria de suas informações (tais como a entrevista com Valenzuela) graças a conflitos internos dentro do regime. (Entrevista, 26 de novembro de 1996).

89. Jonathan Fox argumenta que grupos sociais independentes podem capitalizar os objetivos do próprio Estado utilizando-os como "padrões para cobrança de contas". Ver Jonathan Fox, "Promoting independent assessment of multilateral development bank anti-poverty investments: bringing civil society in", *IDR Reports* 12:5 (1996).

90. Uma comparação interessante é a política de informações na Argentina. A escala da repressão era muito mais elevada e também muito mais descentralizada que no Chile. Embora organizações como a *Asemblea Permanente por los Derechos Humanos* coletasse informações sobre violações dos direitos humanos, a chegada de observadores externos (da OEA) em 1978 permitiu que os grupos locais tivessem, pela primeira vez, uma visão clara da repressão. O fluxo das informações, em outras palavras, operou em sentido oposto ao do Chile, onde os locais informaram aos estrangeiros sobre os abusos. (Susana Pérez, APDH, entrevista, 24 de abril de 1996; Eduardo Rabossi, entrevista, 25 de abril de 1996).

91. Cohen e Rodgers argumentam que "É preciso boa informação para avaliar a eficácia de uma miríade de polícias do Estado que operam geralmente a alguma distância do monitoramento de seus fiscais, e para ajustar as políticas a circunstâncias e comportamentos alterados. (...) Quando (grupos fornecem estas informações) contribuem para atender à norma da soberania popular porque boas informações aprimoram o discernimento dos cidadãos, facilitam a imposição das decisões e esclarecem os objetivos apropriados da política do Estado." Ver Joshua Cohen e Joel Rodgers, *Associations and democracy*, projeto *The Real Utopias*, volume I, Erik Olin Wright ed. (Nova York, Verso, 1995), p. 42-43. Ver também Dietrich Reuschmeyer e Theda Skocpol, *States, social knowledge and the origins of modern social policies* (Princeton, Princeton University Press, 1996).

92. De acordo com o relatório mais recente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, os piores agressores na América Latina são Peru, Colômbia, Venezuela e Chile. Esta relação não caracteriza nenhum padrão de regimes políticos. (Nações Unidas, 1997).

Palavras-chave:
Chile, autoritarismo, polícia, informações, direitos humanos.

(Recebido para publicação em outubro de 1998)